

A carta que eu escreveria para o advogado de 1827

Sérgio Longo 11 de agosto de 2026 ⌚ 6 min de leitura

Hoje faz 199 anos que Dom Pedro I assinou a lei que criou os dois primeiros cursos jurídicos do Brasil, um em São Paulo e outro em Olinda.

O curso de Olinda só abriu as portas no ano seguinte, dentro do mosteiro de São Bento, e quem o dirigiu primeiro foi Pedro de Araújo Lima, o futuro Marquês de Olinda e Regente do Império. Foi sob a batuta dele que as aulas começaram em 2 de junho de 1828, com trinta e oito estudantes matriculados no primeiro ano. Aquela sala pequena é o começo de tudo que veio depois: foi ali que se formou a primeira geração de advogados pernambucanos. Em 1854 a academia desceu para o Recife e virou a Faculdade de Direito do Recife. É daí que vem a nossa data. A advocacia brasileira entra hoje no último ano antes de completar dois séculos.

Passei a manhã pensando no que eu diria se pudesse escrever para um daqueles trinta e oito. Não para me gabar do que temos, mas porque suspeito que ele enxergaria melhor do que nós o que realmente mudou. Quem está dentro da mudança perde a noção do tamanho dela. Ele, não.

Então vai a carta.

Caro colega,

Começo pelo que talvez o senhor tenha mais dificuldade de acreditar.

Ninguém mais copia nada à mão. A peça que o senhor levaria dias para redigir e mais alguns para transcrever sai daqui pronta em poucas horas, e eu a envio ao juízo sem sair de casa, às onze da noite, de um aparelho que cabe no bolso. O processo não é mais um maço de papel amarrado com barbante que dorme numa estante. Ele é um arquivo que eu abro do meu quarto, no Recife, mesmo quando corre em um tribunal a dois mil quilômetros daqui.

A biblioteca também sumiu. Aquelas estantes que o senhor consultava por dias, procurando um precedente que talvez nem existisse, hoje respondem em segundos. Eu escrevo uma pergunta e recebo dezenas de decisões sobre o tema, de tribunais do país inteiro, ordenadas por relevância.

E tem a novidade dos últimos anos, essa que ainda estamos aprendendo a usar. Existem máquinas que escrevem. Eu descrevo o caso, digo o que quero, e elas devolvem um texto jurídico bem articulado, com tese, estrutura e linguagem de ofício. Em minutos.

Sei o que o senhor está pensando, e a resposta é sim, isso resolveu muita coisa. Mas é aqui que a carta fica interessante.

Onde a mágica começa a cobrar o preço

Quando uma máquina escreve bem, a tentação é deixar que ela pense também. E foi exatamente aí que muita gente da minha geração tropeçou.

O texto vem bonito, coerente, com aparência de trabalho pronto. Só que às vezes ele cita um precedente que nunca existiu, inventado com número de acórdão e tudo. Às vezes ele resume um contrato de quarenta páginas e omite justamente a cláusula que vai derrubar o cliente lá na frente. O erro não chega com cara de erro. Chega com cara de peça pronta.

O senhor não teria esse problema, porque no seu tempo a lentidão era uma forma de conferência. Copiar à mão obrigava a ler. Hoje a velocidade removeu esse atrito, e nós precisamos recolocá-lo de propósito.

Parei de pedir textos e passei a pedir tarefas

Foi assim que resolvi no meu escritório, e é isso que eu ensino hoje.

Quando eu pedia um texto pronto, eu recebia um bloco fechado que ou eu aceitava ou eu refazia inteiro. Não havia meio termo, e conferir dava quase o mesmo trabalho que escrever. O ganho de tempo era ilusório.

Quando passei a pedir tarefas, tudo mudou. Em vez de dizer "escreva a contestação", eu peço para extrair os fatos incontroversos da inicial. Confiro. Depois peço para listar os pontos que precisam de impugnação específica. Confiro. Depois peço para localizar nos documentos o que sustenta cada ponto. Confiro. A tese quem monta sou eu. A redação final passa por mim.

Repare no que aconteceu, colega. Eu quebrei o trabalho em etapas e coloquei um portão de conferência em cada uma. A máquina faz o que ela faz bem, que é a produção. Eu faço o que ela não faz, que é decidir o que entra, o que fica de fora e o que vai ser defendido. A conferência não sumiu, ela só saiu do fim e se espalhou pelo caminho, onde o erro ainda é barato de corrigir.

A pergunta que o senhor faria no fim da carta

Aqui é onde eu imagino o senhor pousando a pena e me olhando por cima dos óculos.

Porque o senhor não perguntaria "quanto tempo você economizou". Essa é a pergunta que a minha geração faz. O senhor perguntaria outra coisa, mais incômoda: e o que você fez com o tempo?

E eu teria que confessar que, no começo, não fiz nada. Ganhei horas e as enchi de novo, com mais processos, mais prazos, mais volume. Foi preciso alguém me perguntar exatamente isso para eu entender que velocidade sem destino é só esteira mais rápida.

Hoje eu respondo diferente. As horas que voltaram viraram conversa com cliente antes do problema estourar, e não depois. Viraram estudo de teses que eu não teria tempo de amadurecer. Viraram atendimento com calma, que é, no fim das contas, o que faz o cliente voltar e indicar. Viraram jantar em casa, sem o notebook aberto.

O senhor construiu essa profissão em cima de uma ideia simples, colega, e ela sobreviveu à máquina de escrever, ao fax, ao processo eletrônico e vai sobreviver a essa. A ideia é que alguém assume a responsabilidade por um juízo. A caneta mudou várias vezes. A assinatura embaixo, não. Ela continua sendo de gente, e continua valendo justamente por isso.

A herança que não está em diploma nenhum

Tem uma coisa que eu quase deixei de fora da carta, e é a mais importante.

Os senhores não eram herdeiros de tradição alguma. Eram os primeiros. Sentaram numa sala emprestada de um mosteiro para estudar um Direito que o país ainda estava inventando, sem manual, sem geração anterior para consultar, sem caminho batido. Tinham vinte e poucos anos e a tarefa de fundar uma advocacia nacional que até então só existia do outro lado do Atlântico.

Foi por isso que escrevi para o senhor, e não para um advogado de 1950. Quem hoje está montando método para usar essas máquinas com controle, testando, errando e refazendo o processo do escritório inteiro, está fazendo exatamente o que os senhores fizeram. É o mesmo tipo de gente. Desconfio que, se estivesse aqui, o senhor seria dos primeiros a puxar a cadeira para perguntar como aquilo funciona, e dos primeiros a perguntar onde estão os riscos.

Porque pioneirismo nunca foi usar a novidade antes dos outros. É se dar ao trabalho de aprender a usá-la direito antes dos outros. Isso os senhores nos deixaram, e não está escrito em diploma nenhum.

Feliz dia do advogado, colega. Faltam doze meses para os nossos duzentos anos.

E fica a pergunta que o senhor deixou: o que você tem feito com as horas que a tecnologia já te devolveu?